

ATA DA CENTÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 24-10-2018.

Aos vinte e quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoní Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Fernanda Melchionna, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Ricardo Gomes e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, a Presidenta declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Cláudio Janta, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, José Freitas, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Paulo Brum, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Rodrigo Maroni, Sofia Cavedon e Tarciso Flecha Negra. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Adeli Sell, Rodrigo Maroni, Aldacir Oliboni, Reginaldo Pujol e Cláudio Janta. Na oportunidade, Rodrigo Maroni formulou Requerimento verbal, solicitando a retirada de termo constante em seu pronunciamento em Comunicação de Líder. A seguir, foi apregoado o Memorando nº 011/18, de autoria de Dr. Thiago, informando, nos termos do artigo 227, §§ 6º e 7º, do Regimento, sua participação, no dia vinte e dois de outubro do corrente, em evento relativo a saúde pública municipal na Câmara Municipal de Vila Nova do Sul – RS. Também, foi apregoado Requerimento de autoria de Tarciso Flecha Negra, solicitando Licença para Tratamento de Saúde nos dias dezoito e vinte e dois de outubro do corrente. Ainda, foi apregoado Requerimento de autoria de Sofia Cavedon, solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares do dia trinta de outubro ao dia primeiro de novembro do corrente, tendo sido concedida a Licença pela Mesa Diretora para o dia trinta de outubro, nos termos do artigo 218, VIII, combinado com artigo 94, §§ 5º e 6º, do Regimento, e aprovada a Licença nos dias trinta e um de outubro e primeiro de novembro. Em continuidade, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Mônica Leal, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente Sessão. Em PAUTA ESPECIAL, Discussão Preliminar, esteve, em 1ª Sessão, o Projeto de Lei do Executivo nº 010/18, discutido por Sofia Cavedon, Adeli Sell e Cláudio Janta. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Márcio Bins Ely. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram, em 1ª Sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 211/17 e 057/18 e o Projeto de Resolução nº 019/18. Às quinze horas e trinta e quatro minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e trinta e cinco minutos às dezesseis horas e dois minutos. Em Votação, foram aprovados os Requerimentos nºs 018, 066 e 089/18 (Processos nºs 0247, 1000 e 1291/18, respectivamente). Em Discussão Geral e Votação, foram aprovados o Projeto de Resolução nº 017/17 e o Projeto de Lei do Legislativo nº 103/18 (Processos nºs 1028/17 e 1143/18, respectivamente). Após, foi constatada a existência de quórum deliberativo,

em verificação solicitada por Mônica Leal. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Adeli Sell, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 050/18 (Processo nº 0635/18), por vinte e seis votos SIM, tendo votado Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Ricardo Gomes, Roberto Robaina e Sofia Cavedon. Foi aprovado Requerimento de autoria de Dr. Thiago, solicitando o adiamento, por duas sessões, da discussão do Projeto de Lei do Legislativo nº 060/18 (Processo nº 0725/18). Foi aprovado Requerimento de autoria de Paulo Brum, solicitando o adiamento, por duas sessões, da discussão do Projeto de Lei do Legislativo nº 026/18 (Processo nº 0387/18). Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 023/18 (Processo nº 0355/18), por vinte e cinco votos SIM, tendo votado Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Professor Wambert, Ricardo Gomes, Roberto Robaina e Sofia Cavedon. Em prosseguimento, foi constatada a existência de quórum deliberativo, em verificação solicitada por Márcio Bins Ely. Foi aprovado Requerimento de autoria de Márcio Bins Ely, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 05 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 362/17 (Processo nº 3140/17). Foi aprovado Requerimento de autoria de Reginaldo Pujol, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 06 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 362/17. Durante a Sessão, Sofia Cavedon manifestou-se acerca de assuntos diversos. Às dezesseis horas e vinte e seis minutos, constatada a inexistência de quórum deliberativo, em verificação solicitada por Aldacir Oliboni, a Presidenta declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Mônica Leal e Cláudio Janta e secretariados por Cláudio Janta. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver.^a Mônica Leal, boa tarde; colegas vereadores e vereadoras, senhoras e senhores, boa tarde. Falo aqui em nome da bancada de oposição – PSOL e PT; vou começar me referindo à minha colega, Ver.^a Fernanda Melchionna, que, no último período, aqui nesta Casa, foi a presidente da Frente Parlamentar do Livro e da Leitura, fazendo um trabalho espetacular e nos conduzindo nesse processo. Estavam nessa comissão vários vereadores – eu me lembro da

participação da Ver.^a Sofia Cavedon, do Ver. Reginaldo Pujol, entre outros. Ver.^a Fernanda Melchionna, nós queremos dar continuidade ao processo da defesa da nossa Feira do Livro, do livro, da leitura, dos programas que havia e que foram, infelizmente, torpedeados pelo atual governo, principalmente sobre a questão dos autores nas escolas.

Colado isso, Ver. Moisés Barboza, eu gostaria que V. Exa. desse uma verificada nos pedidos de providência dos vereadores – há muita coisa a ser respondida. Há alguns dias, eu fiz um pedido, falei com dois secretários, sobre a Rua João Locatelli da Silva, aquela rua que fica ali para cima da Av. Vicente Monteggia, entre a Rua Amapá e a Estrada Aracaju, é uma rua intransitável – depois eu vou passar os detalhes para V. Exa., porque eu falo para um grande número de moradores de toda a Vila Nova de Porto Alegre. Nós temos que cuidar dessas questões que são elementares na Cidade.

Uns dias atrás, aqui, Moisés, eu levantei e insisti na questão dos buracos da Cidade: a situação é tão dramática que já está marcado “o rali da capital dos buracos”, no dia 11 de novembro. E os buracos não são apenas deste governo, há coisas que já são de anos e que não se resolvem. Eu frisei aqui, a bem da verdade, que a primeira licitação do processo de tapar buraco foi feita ainda no governo anterior. Foi uma licitação malfeita, tem um problema de fatiamento que é discutível sob o ponto de vista, inclusive, da legalidade – V. Exa. deveria verificar essa questão. A qualidade do asfalto é tremendamente duvidosa, Ver. Oliboni, e nós temos que atentar para isso; eu acho que a CUTHAB deveria pautar uma discussão sobre a questão da qualidade do asfalto em Porto Alegre. São temas que eu levanto, não para bater tambor contra o governo, mas para bater tambor para ser escutado. Eu acho que a bancada do governo, os que sustentam o governo deveriam ouvir mais a oposição, especialmente as duas bancadas do PSOL e do PT. Nós temos tido um comportamento, Ver. Moisés, de, antes de qualquer coisa, levantar para o devido secretário essa questão. Essa rua a qual eu me referi há pouco, eu levantei para os dois secretários e disse que eles teriam 15 dias para resolver a questão. Em não resolvendo, estou falando aqui, farei todos os pedidos de providências. Agora, mais do que isso, eu pergunto e insisto aqui na questão da Casa Azul, na Rua Marechal Floriano com a Rua Riachuelo: quando teremos uma solução para esse caso? Vou falar das praças, até porque esta semana nós tivemos o Dia da Praça. Está aqui o sempre vereador Beto Moesch, que foi Secretário Municipal do Meio Ambiente, acompanhando esta sessão, e nós temos que discutir, sim, o verde de Porto Alegre, mas também temos que discutir os projetos que sustentam o verde, a saúde das árvores, projetos que vão ao encontro da sua conservação, bem como nós temos que tratar aqui também da arborização em ruas, muitas vezes mal feita, mal colocada, e por isso estamos tendo muitos problemas, inclusive de calçadas detonadas que prejudicam especialmente as pessoas idosas.

Falando de idosos, Ver. Bosco, Ver. Alvoni, olhem o Centro Histórico de Porto Alegre! Finalmente as minhas 20 fotografias, dos maiores buracos da Rua dos Andradas, parece que surtiram algum efeito. Esta semana, Alvoni, começaram a tapar os buracos da Andradas. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR RODRIGO MARONI (PODE): Boa tarde, vereadores, Vereadora-Presidenta, colegas da Câmara. Faz um tempo que eu não me pronunciava aqui. Até comentava hoje, Ver. Roberto, que momento triste, na verdade, até para ser eleito deputado. Sinto-me absolutamente constrangido, porque a política, de certa forma, há muito tempo gera constrangimento, não é aquela política que a gente conhecia, Carlos, eu lembro de ti como militante estudantil. Mas eu achei que os degraus da política pudessem ser os mais rasos, lamentavelmente, o poço ainda tinha porão. E que momento triste, porque ver hoje candidaturas aqui no Rio Grande do Sul tendo que se pautar, obrigatoriamente, Cassiá, a apoiar... Eu duvido que qualquer político entre nós aqui tenha qualquer orgulho, Cecchim – tu que és um cara que faz política há 40 anos, por exemplo...

(O Ver. Rodrigo Maroni, em requerimento, solicitou a retirada de expressões do seu pronunciamento, tendo sido deferida pela Sra. Presidente.)

(Aparte antirregimental do Ver. Cassiá Carpes.)

VEREADOR RODRIGO MARONI (PODE): Não, eu não aceito ninguém, meu velho. Eu vou te dizer uma coisa, escreve aqui: se fosse o Alckmin, eu votaria no Alckmin; se fosse o Meirelles, eu votaria no Meirelles; se fosse um pé de alface, nele eu votaria... (O Ver. Rodrigo Maroni, em requerimento, solicitou a retirada de expressões do seu pronunciamento, tendo sido deferida pela Sra. Presidente.) Então, lamentavelmente, nós não temos alternativa.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Por favor, Vereador, é ano eleitoral; eu peço que não fale em temas eleitorais, estamos a poucos dias da eleição.

VEREADOR RODRIGO MARONI (PODE): Mas o que eu quero dizer é que o momento é trágico, porque eu me sinto, Ver.^a Comandante Nádia – e peço desculpas a quem vai votar no candidato de vocês, já votei, no 1º turno, no Fogaça –, sendo colocado numa novela do Odorico Paraguaçu, só que em 2018, está entendendo? Essa é a verdade. Eu hoje fujo da rede social para não ver tanta baixaria. Eu procuro nem ver, até porque acho que ninguém muda a posição de ninguém. E outra: tem muitos eleitores meus, da causa animal, que votaram no Bolsonaro, e eu tenho o maior respeito à diferença – sabia, Oliboni? Muitos dos meus eleitores votaram no Bolsonaro, e eu não tento mudar o voto. Na minha campanha, não houve orientação de campanha majoritária, não teve, porque eu respeito a diferença da natureza.

Quero dizer aqui, pessoalmente, como parlamentar e agora deputado, que é lamentável essa suposta renovação que houve, uma renovação conservadora, tradicional, atrasada; a gente anda 40 anos para trás, talvez até mais de 100 anos para

trás, e quem vai pagar isso é o povo pobre dentro das vilas, vai pagar com esse regime que virá aí.

Para finalizar, eu quero dizer o seguinte aqui: eu tenho compromisso com a ambulância veterinária que está estabelecido, compromisso com uma clínica veterinária que eu falei que teria, dos ônibus para o interior para castrar e atender animais, porque, pela minha pauta, eu luto, e aí não me importa partido, não importa isso ou aquilo. E, como sempre foram feitos acordos políticos, comigo não vai ter, Oliboni, como deputado. Eu quero dizer que vou ser o “pé no pescoço” de todos os prefeitos, independente do partido, porque, com os 497 municípios, eu tenho um compromisso, e nenhum município age com os seus animais, não tem política pública. Eu vou ser o deputado que vai cobrar desses prefeitos, podem ser de partido A, B, C, D ou E, para constranger, para ter algum tipo de política pública para os animais. Esse vai ser o meu papel, e podem contar que vou ser o “dedo na cara”. E aviso: no dia 31 de janeiro começa o pesadelo dos prefeitos; dia 31 de janeiro, daqui a pouco mais do que 90 dias, começa o pesadelo dos prefeitos, porque eu vou visitar município por município, canil por canil, para constranger e botar “dedo na cara” dos prefeitos que maltratam animais. Prefeitos que deixem os animais morrerem na rua ou que deixem os animais irem para carrocinha vão me ter como inimigo. Os prefeitos que se preparem, porque tem dia e hora para começar. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR RODRIGO MARONI (PODE) (Requerimento): Sra. Presidente, peço a retirada, das notas taquigráficas, da expressão que usei pela emoção.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Feito o registro.

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo a nossa Presidente, Ver.^a Mônica, colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha a nossa sessão nesta tarde. Eu também tenho a compreensão de que esta eleição de 2018, ao menos para mim, é uma das eleições mais importantes do ponto de vista político e democrático – e olha que eu estou no quinto mandato na política, quatro mandatos como vereador e um como deputado estadual. Eu diria, como muitos, que esta é a eleição das nossas vidas, porque, para qualquer leigo, na política, estão presentes dois extremos: um que tenta reunir centro-esquerda e esquerda e o outro que eu não sei bem dizer aos senhores, como a maioria dos brasileiros não sabe dizer, qual é lado real e concreto que este cidadão está apresentando, na medida em que ele foge do debate e da discussão política, em termos de projetos para o Brasil. Portanto, eu tenho a convicção clara de que, de fato, esta eleição, para muitos, é a eleição das nossas vidas. E muitos até, ganhando determinado candidato, poderão se sentir contemplados; outros podem ter a maior decepção na história da sua carreira política e da sua vida. Não é por acaso que a cada eleição nós percebemos que a grande maioria dos eleitores brasileiros migram para

outro campo, visando que aquele candidato que, por sua vez, apresentou tal proposta, quando assumiu não foi coerente, mentiu, não executou o seu plano de governo. A exemplo disso está Porto Alegre, a exemplo disso está o Rio Grande do Sul, e não foi por acaso que, em nível nacional, aconteceu o golpe. Portanto, nós percebemos que, de algum tempo para cá, ao meu ver, houve um declínio de identificação com algum campo político, porque a grande maioria dos governantes – estaduais, municipais e federais – promove uma enorme decepção ao povo brasileiro. Portanto, esta eleição é de extrema importância para todos nós. Nós podemos pegar, por exemplo, a área da saúde: os senhores sabiam que, de dez anos para cá, nós perdemos mais de 41 mil leitos hospitalares? Os senhores sabiam que a oferta de leitos para o cidadão é uma média de 2,3 pontos a cada mil habitantes no Brasil? E que, na maioria dos países desenvolvidos, é muito mais do que cinco pontos acima de mil habitantes?

Pois então, avaliem conosco o que aconteceu recentemente no Congresso Nacional, quando foram congelados os recursos para a área da saúde e para a área da educação. Não vai ser diferente a partir desses governos que não têm um olhar para aumentar a oferta de serviços públicos, aumentar ou admitir os funcionários públicos, aumentando o compromisso com a cidade, com a cidadania, com os brasileiros. É uma coisa meio que óbvia que muitos só querem é privatizar. E já estão pensando em privatizar a saúde, a educação, a assistência. Aonde nós vamos parar? Portanto, essa eleição, sim, é uma eleição das nossas vidas, e nós temos que refletir em qual campo nós estamos e o que é melhor para o povo brasileiro, para o povo gaúcho, para o povo de Porto Alegre. Onde nós vivemos a função de vereador, a todo instante que vamos numa fila de ônibus distribuir panfletos, em qualquer lugar da cidade, as pessoas perguntam: “Afinal, quando o prefeito vai trabalhar?”, “quando o buraco vai ser tapado?”, “quando nós vamos conseguir ter uma vaga na área da saúde?” Parece-me que isso é universal. O povo brasileiro, o povo gaúcho, o povo porto-alegrense está indignado, e nós temos certeza absoluta de que ele tem toda a razão na medida em que não tem retorno do que ele paga, do que ele investe, do que ele contribui. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu estranho essa manifestação do meu colega Ver. Aldacir Oliboni, porque ele – é bom que os meus amigos telespectadores percebam – é um dos mais relevantes representantes do Partido dos Trabalhadores aqui na cidade de Porto Alegre, e ele faz um discurso amargurado da tribuna a respeito dos problemas brasileiros – do déficit da saúde, do déficit na assistência social, problemas de toda ordem –, quando o seu partido, por longos anos, foi detentor do poder neste País e criou uma situação angustiante que, hoje, até ele vem reclamar. As próximas eleições, que se

realizarão no domingo, irão ser definitivas para superar esse problema. Acho que aqui em Porto Alegre o assunto está resolvido. No Estado, o seu partido não foi sequer ao segundo turno. Os dois partidos que estão se digladiando, nenhum deles subscreveria essa crítica amarga do Ver. Oliboni. De outra ponta, nacionalmente, parece que as coisas, por mais que os institutos de pesquisa possam mostrar situações diferentes, ficaria entre reafirmar a vitória do candidato que se opõe ao PT de forma clara, não deixando dúvida nenhuma. Então, lamento estar usando esta tribuna, em comunicação de liderança, para falar sobre eleições. A Casa é testemunha que, nos longos anos que aqui estou, mesmo quando fui diretamente candidato, jamais ocupei tribuna para falar sobre eleições. Acho que os problemas de Porto Alegre são muito mais relevantes, no que diz respeito à nossa atenção, do que o grande problema nacional que é evitar o retorno aos tempos que passaram e que geraram toda essa enorme crise brasileira – crise ética, crise moral, crise econômica, crise financeira – que o povo brasileiro não suporta mais, tanto que, de uma forma muito clara, tem se manifestado nas urnas, diametralmente contrário à manutenção dessas posições. Então, Sra. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadores, eu, muito a contragosto, venho à tribuna para fazer essa manifestação de desacordo ao que ouvi, anteriormente, produzido pelo ver. Oliboni, porque não consigo entender como alguém tem coragem de quebrar o país e depois vir reclamar a respeito da quebra que ele propiciou. Vamos nos respeitar, vamos colocar os nossos discursos em favor das nossas posições, quando necessário. Nós não vamos fazer desta tribuna popular, que o povo nos concedeu, colocando essas situações incongruentes que aqui foram colocados, e deixando de assenhorear-se mais fortemente com os problemas da nossa Porto Alegre e assenhoreando-se dos problemas brasileiros. A decisão é nas urnas, e eu tenho a certeza de que será verdadeiramente favorável ao povo brasileiro. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Senhora Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, recebi agora no WhatsApp uma *fake news* engraçada, com uma foto onde o compositor e sambista Zeca Pagodinho tomava suco de laranja com um jornal e um instrumento ao lado dizendo que chegaram ao cúmulo as notícias falsas nas redes sociais. Realmente choca ver Zeca Pagodinho, um conhecido apreciador de cerveja tomando suco de laranja. Quero falar disso que recebi, que é uma coisa cômica, mas que nos assusta, uma ferramenta que veio para nos auxiliar, para nos ajudar e que muitas vezes a gente vê ela ser usada de forma incorreta. A gente vê isso na política, nós vimos aí os candidatos a presidente, os candidatos a governador usando a questão de notícias falsas. Muito se viu isso na campanha política, na campanha eleitoral.

Eu quero falar de outro caso que considero muito grave, Ver. Cassiá Carpes, colegas que estão me ouvindo. Nós tivemos, nesta semana, o caso da menina Eduarda, uma tragédia que aconteceu dentro da nossa Cidade e chegou na cidade vizinha, onde foi encontrado o corpo da menina. De lá para cá, as redes sociais começaram a divulgar que em todos os lugares havia uma criança roubada: “Eu estava aqui na Assis Brasil e vi um carro roubar uma criança”, “eu estava aqui em Gravataí e vi um pegando uma criança”, “eu estava aqui em Cachoeirinha e vi...”. Criaram até um culto! Ainda há pouco estávamos conversando, eu, a Ver.^a Comandante Nádia e o Ver. Cecchim, falávamos sobre o Outubro Rosa, eu disse que ainda faltava um tempo para o mês terminar – são tantas correrias que a gente até se perde. Falei que meu filho faz aniversário dia 30 de outubro, e a Comandante disse que casou dia 31 de outubro em função do dia das bruxas! E até isso dizem nas redes sociais, que um grupo de bruxos e bruxas estão roubando as crianças para fazer... Gente! Quando eu era criança – acredito que como vários aqui –, nos diziam que a gente não devia brincar na rua, porque seríamos roubados, pelo “velho do saco”, pelo povo cigano, que tanto admiro, roubados pelos comunistas, roubados pelos militares, para virar escravos! O que é isso? Não podemos colocar uma insegurança dessas, uma insanidade dessas nas redes sociais. Nós, pais e mães, temos que cuidar, cada vez mais, dos nossos filhos, mas nós não podemos gerar uma rede de notícias falsas que pode gerar até incidentes. Hoje mesmo se vê em alguns jornais, algumas notícias que líderes religiosos estão sendo acusados, tendo suas casas apedrejadas, suas famílias ameaçadas, porque a menina foi desovada – como se fala em linguajar policial – numa área usada para fazer trabalhos religiosos. Aí já vem uma notícia que a própria polícia não confirma, que teriam balas e objetos em cima do corpo da menina. A delegada, ontem, na inauguração do DEIC, confirmou que não era isso, que o local era de religião. Então eu acho que cabe a nós, agentes políticos, combatermos essas notícias falsas que, muitas vezes, atingem a nós, mas, do jeito que são feitas, atingem as famílias e geram uma grande rede de insegurança para pais e mães. Pais estão ligando para as escolas proibindo os seus filhos de saírem, proibindo os seus filhos de participarem de recreios, de passeios das escolas. Então, gera uma grande insegurança, podendo aumentar as tragédias. Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Presidente, conforme a discussão que fizemos, nós teríamos hoje uma reunião conjunta. Eu gostaria de ter acesso à lista dos projetos que estão contemplados nas conjuntas. Talvez possamos chamar as lideranças para combinarmos o momento.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Feito o registro, Ver.^a Sofia.

Aprego o Memorando nº 11/2018, de autoria do Ver. Dr. Thiago, nos termos do art. 227, §§ 6º e 7º, do Regimento – justificativa de falta –, que comunica a sua participação no evento Saúde Pública Municipal, na Câmara Municipal de Vila

Nova do Sul, no dia 22 de outubro de 2018. Tal participação ocorrerá sem qualquer tipo de ônus para a Câmara Municipal.

O Ver. Tarciso Flecha Negra solicita Licença para Tratamento de Saúde nos dias 18 e 22 de outubro de 2018.

A Ver.^a Sofia Cavedon solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no dia 30 de outubro de 2018. Deferido pela Mesa.

A Ver.^a Sofia Cavedon solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 31 de outubro a 1º de novembro de 2018. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o pedido de licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Esta presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta Especial. Após retornarmos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

PAUTA ESPECIAL - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/10 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 1302/18 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 010/18, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Porto Alegre para o exercício econômico-financeiro de 2019.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Muito obrigada, Presidente Mônica, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores. Em primeiro lugar eu queria cumprimentar o Movimento em Defesa do Meio Ambiente, militantes históricas, que aqui se encontram em defesa da orla, da água, de um ambiente sustentável de uma cidade ecologicamente adequada, preservada; portanto, boa de se viver. Faremos, posteriormente, esse debate, temos absoluta contrariedade com a autorização para supressão de árvores sem ser por análise técnica da Secretaria Municipal do Meio Ambiente.

Sobre o orçamento 2019. Nós ouvimos do Prefeito, do anúncio do orçamento, que ele vem com um déficit de R\$ 900 milhões. Portanto, apesar de todo o debate feito na Lei de Diretrizes Orçamentárias, o governo não corrigiu a sua metodologia, metodologia nova, onde foram colocados os desejos de o governo realizar investimentos, e esses desejos constituem o déficit e, pelo jeito, carregaram essa metodologia para o orçamento. Mas o curioso é que, exatamente quando o orçamento

chega nesta Casa, com essa metodologia que, na minha opinião, é equivocada, é para comprovar uma realidade que não é exatamente assim, é para continuar pressionando esta Câmara para votar aumento de imposto ou para votar retirada de direitos dos trabalhadores. O curioso é que o secretário do planejamento pediu demissão, mais um secretário sai da equipe do prefeito Marchezan. E engraçado que esse secretário foi o secretário que, na CEFOR, Ver. Oliboni, explicou a nova metodologia, sustentou uma nova metodologia, que deixa mais claro no orçamento as intenções da Cidade. E eu dizia que isso deveria ser no planejamento da Cidade. Vamos planejar, discutir com a Cidade em quatro anos quais as grandes obras, quais os investimentos necessários; vamos projetá-los nos quatro anos, vamos adequá-los ao orçamento e vamos buscar financiamento. Não é possível, eu não aceito essa versão seja de economista, seja quem for, de que o que a Cidade necessitaria de novos investimentos – já vão compor um déficit no orçamento.

Ora, senhores, não é possível, vereadores e vereadoras, não é possível isso, porque isso deprime a Cidade, impõe à Cidade uma sensação de derrota, de desequilíbrio, de não possibilidade. É para desestimular com certeza as lideranças comunitárias, é com certeza para desestimular o movimento de luta na cidade por um serviço público melhor efetuado, de mais qualidade, mais efetivo, mais presente na Cidade, é para dar sinal: olha, não venham pedir que nós estamos com um déficit imenso. Isso aí é uma mentira, é uma ilusão, é um factóide, não é aceitável, não é razoável. Era preferível o prefeito colocar na vida real quais são os comprometimentos que têm de gasto de custeio da prefeitura e de outro lado colocar o que é possível de investimento hoje sem buscar novos recursos. Também já insisti, já disse, vou repetir, que lançar um bilhão e cem milhões de novos investimentos é irreal não só pela impossibilidade de buscar como pela impossibilidade de executar. Então, isso não é déficit, porque não é possível; mesmo que fosse possível buscar, não é possível executar. Está errado o orçamento, está errado.

Outro ponto importante – eu não estava preparada e não trouxe o documento: eu recebi um documento do Conselho do Orçamento Participativo que disse que não aprovou o orçamento apresentado para o Conselho do Orçamento Participativo – COP. Esse orçamento que veio para cá não tem aprovação do Conselho do OP, do Orçamento Participativo desta Cidade. Eles dizem, e eu olhei, que é pífio o que está previsto de investimentos para o que foi demandado e conquistado pelo Orçamento Participativo, Ver.^a Fernanda. O governo projeta um bilhão e cem em novos investimentos e coloca um mínimo, é uma miséria o que coloca de obras demandadas pelo Orçamento Participativo, tanto que o Conselho do Orçamento – e olha que o Conselho do Orçamento muitas vezes votou com o governo, tem respaldado o governo; surpreendentemente acabou respaldando aquele conjunto de projetos do ano passado, ruins para a Cidade, portanto não é um conselho de oposição – rejeitou, porque foi apresentada sem discussão com a sociedade a nova lei de orçamento. Quando olharam os investimentos, viram que era pífio o atendimento ao que está demandado na periferia da Cidade através do processo do OP, demandado anteriormente ao governo Marchezan, porque o governo Marchezan não fez nenhuma rodada séria para ouvir a

população e definir obras ou definir serviços ou definir pequenas reformas. Mesmo assim, o Conselho do Orçamento Participativo desta Cidade rejeitou o orçamento que está nesta Casa.

Eu espero que nós possamos corrigir esse orçamento com emendas populares, começa hoje o prazo, e com emendas dos Vereadores e Vereadoras. Eu espero que, desta vez – tenho a promessa de alguns vereadores –, nós, na Câmara, possamos apresentar e aprovar emendas, porque, na LDO, todas as emendas foram rejeitadas. Foram rejeitadas com o discurso de que não seria nas diretrizes orçamentárias, mas seria na lei de orçamento. Eu não sou defensora das emendas; eu acho que, se o orçamento tivesse sido discutido com a Cidade, nós tínhamos que fazer o mínimo de emendas, mas, como ele veio rejeitado, inclusive pela pífia participação popular que existe hoje, então que respeito terei que ter por essa peça? Não é possível, acho que temos que fazer emendas corretivas, e quero falar de uma delas. Sobre a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, onde o esporte está dentro – e estamos levantando mais precisamente esses dados. Amanhã à tarde, teremos o seminário Um Ano Sem SME, aqui no plenarinho, para o qual torno a convidar todos os vereadores a participarem de, pelo menos, uma parte. Nós vamos analisar o que aconteceu, e um dos indicadores que estou ultimando a ser analisado é quanto à redução brutal no orçamento da Secretaria Municipal de Esportes. O Ver. Bosco fez emendas na LDO e nenhuma foi acolhida, e mesmo ele estando em licença, nós as defendemos e não foram acolhidas – nenhuma emenda relativa à esporte, lazer e recreação! Esta Casa tem compromisso com essa área, porque esta Casa não acolheu a demanda da sociedade de manter a Secretaria de Esportes, Lazer e Recreação, comprometendo-se a cuidar do orçamento e das políticas. Pois bem, as políticas estão sendo desmontadas e o orçamento não acontece. Então, espero que esta Câmara corrija com emendas nesta área. E na área do funcionalismo, nós não aprovamos uma emenda coletiva com previsão de recomposição da inflação. Não é possível imaginar que, no terceiro ano, nós não vamos recuperar, a cidade de Porto Alegre não vai gastar com o funcionalismo, recuperando pelo menos um pouco da inflação que retirou o poder de compra dos seus salários. Portanto, essa emenda eu espero que seja, inclusive, coletiva, não precisa ser da oposição, mas há questões que são muito importantes para nós mantermos a harmonia, o trabalho dos funcionários com efetividade, com o respeito que eles esperam. Um orçamento que não está aprovado pela Cidade, que não é de conhecimento da Cidade, esta Câmara precisa dar conta disso.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Sra. Presidente, Ver.^a Mônica Leal; colegas vereadores, vereadoras; isto aqui é o projeto de lei do orçamento, aqui a proposta orçamentária com todos os anexos necessários, e aqui nós temos os

investimentos nas empresas. Isto é o orçamento público municipal da capital dos gaúchos, Porto Alegre. Tem um orçamento de R\$ 8,409 bilhões, ou seja, aproximadamente R\$ 8,5 bilhões, orçamento que prevê um déficit orçamentário. Eu gostaria que a CEFOR se debruçasse sobre isso. Quem sabe o Ver. Nedel e o Ver. Ferronato, que são contadores, pudessem me explicar o que significa “receita extraordinária para cobertura do déficit”. Ver. Carús, andei estudando, ao longo dos anos, o orçamento público da Cidade e jamais verifiquei um item de “receita extraordinária para cobertura de déficit”. Que receita extraordinária, afinal de contas, é essa? Quem explica? O pessoal que é da base do governo não encontro no plenário neste momento, quando nós estamos fazendo um debate prioritário: o orçamento da Cidade. Quem explica, vou repetir, didaticamente “receita extraordinária para cobertura de déficit”. Vou mais longe: aqui estão previstos investimentos na ordem de R\$ 900 milhões. Vou repetir: aqui estão previstos investimentos na ordem de R\$ 900 milhões. Telespectadores, povo de Porto Alegre; desde quando, em quatro anos nesta crise, Porto Alegre, que não consegue fazer a manutenção de suas ruas, vai fazer investimento de R\$ 900 milhões? Se, para concluir obras do governo anterior, algumas chamadas “obras da Copa”, nós tivemos que liberar um empréstimo de duas dezenas de milhões de reais? Vou repetir: nós tivemos que aprovar um Refis, tivemos que aprovar financiamentos, pagamento parcelado de débitos, e o governo vem propor um orçamento de R\$ 8,5 bilhões, receitas extraordinárias de R\$ 900 milhões... Vai cair do céu! Vai vir o Papai Noel em algum momento, com a sua carrocinha, carregando R\$ 900 milhões. Não tem milagre, não existe milagre! É só fazer as contas.

Agora vamos mais longe. Eu não sei se os colegas verificaram e estudaram o caderno com a proposta orçamentária de 2019, mas eu vou fazer questão, a gente tem tempo, dez minutos, dá para falar. Porto Alegre para Todos. Como Porto Alegre para Todos, se o governo colocou uma pá de cal no Orçamento Participativo, se o governo não ouve o Orçamento Participativo? Eu até fiz um esforço, criei a Frente Parlamentar em Defesa do Orçamento Participativo e da Participação Popular. Não chamei mais reuniões, porque fiquei sozinho aqui. Pelo que eu sei, de todas as Comissões, das atividades que eu propus, vários colegas têm participado. Se ninguém participa, é porque tem um sinal, e eu estou lendo esse sinal: acabou o Orçamento Participativo. O governo colocou uma pá de cal sobre ele. “Cidade Aberta: acelerar o processo de abertura de empresa e licenciamento de edificações, tornando o ambiente de negócios favorável à atração de novos investimentos, eventos para turistas e visitantes.” Ver. Camozzato, o que é que diz V. Exa. sobre isso? Nós ajudamos a aprovar, na segunda-feira, a sua proposição de uma Comissão Especial de Desburocratização exatamente para isso. A prefeitura tem meios, Camozzato, mecanismos de desburocratização com legislações federal, estadual e mesmo local, e não desburocratiza. Está lá a nossa lei dos ambulantes, Cecchim, que proíbe vender bebidas alcoólicas... Claro que nós não podemos deixar o negócio a bangu, mas aqui se levanta isso: “É uma barbaridade! Vão vender cachaça na rua! Vão vender cerveja na rua!” Gente, tivemos que fazer uma enjambração – esta Casa é useira e vezeira de fazer isso – na lei dos *food trucks*, para poder ter em atividade a venda de bebidas alcoólicas. Enquanto isso, a Cidade está cheia

de venda de bebida alcoólica, qualquer coisa! Tudo turbinado, isso pode sem controle nenhum. Agora é o seguinte: eu li sobre a praia, faz tempo que eu não vou à praia, que tem um carrinho, um negócio que está sendo um sucesso com a venda de espumante na praia. Uma pessoa foi fazer um pedido na SMIC e – pelo amor de Deus – só faltou ser enxotada! Não, isso vai mudar. Eu estou dialogando com o Camozzato há um bom tempo, com o Ricardo Gomes e outros que vieram aqui com o espírito, com a visão de Cidade aberta. A primeira coisa, Felipe Camozzato, que vou lhe propor, é nós pegarmos a lei dos ambulantes e mudar isso este ano! Este ano, Camozzato, não podemos esperar! V. Exa., que tem tido essa preocupação, eu sei que vou me somar ao senhor, e o senhor vai se somar a nós, vamos mudar isso aí! Cecchim, nós vamos mudar! Acho que nós temos um débito com a Cidade; como secretários, nós não conseguimos na época, mas agora a Câmara tem uma outra visão. A Cidade mudou, nós vamos resolver isso juntos. Ninguém vai ser pai de criança, mãe não sei de quem, nós vamos fazer juntos! O governo diz que é para fazer, nós vamos fazer.

Porto Alegre, Porto Alegre! Aqui no orçamento, nós estamos falando de uma coisa que me deixa impressionado de colocarem no orçamento que é o seguinte: mais cultura, lazer e esporte. Ora, senhoras e senhores, há dias as galerias estavam lotadíssimas de professores da SME. Estão tirando os professores das praças, aí vem com essa demagogia: mais cultura, lazer... Mas que cultura? A Usina do Gasômetro está fechada, ninguém dá explicação. O Centro Municipal de Cultura tem balde toda vez que chove, um baldinho para recolher a água da chuva. Aí vem falar de mais cultura, lazer e esporte? Mas se estão tirando os professores das praças! Está aqui, na peça orçamentária, não estou inventando, estou lendo. Eu me dei ao trabalho de estudar. Vou mais longe: Educação Nota 10. Mas que educação? Aqui todo mundo fala exatamente ao contrário do secretário. Eu não me lembro exatamente das palavras do Alex, nosso colega, mas o secretário é um deseducador. Se falar em educação, ele não passa no teste, não passa no teste! E vem fazer essa demagogia com a Câmara, Alvoni? O que é isso? V. Exa. acabou de ver o que eu falei sobre as praças! Não, essa peça aqui não dá! Eu já estou avisando, aviso todos os anos: não faço emenda ao Plurianual, não faço emenda à Lei de Diretrizes Orçamentárias e não faço emenda ao orçamento. Eu acho que isso é por conta do governo, o governo tem que assumir as responsabilidades. Mas eu voto contra, vou fazer Declaração de Voto, porque vereador tem que fiscalizar. Tudo o que está escrito aqui estou guardando, ponto por ponto. Aprovado aqui dia 1º, mesmo no feriado, vou começar a fiscalizar, como eu faço 365 dias por ano. Muito obrigado pela paciência de todos. Falei e disse, obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste nas galerias, pela TVCâmara e que nos escuta

pela Rádio Web; queria falar do orçamento anual, que estamos discutindo nesta Pauta Especial. O plano chega a esta Casa com um déficit já projetado em torno de R\$ 900 milhões. Isso é como uma família chegar ao final do ano projetando, para o ano seguinte, todas as suas contas atrasadas. Além disso, a família tem que pagar água, luz, gás, alimento e manter a sua estrutura, o que lhe permite, em alguns fins de semana, fazer um churrasquinho, ouvir um sambinha, ir passear. Com o final do ano chegando, o verão, ir para a praia, ou ir para o Lami, festa de aniversário, colégio dos filhos. Só que, com responsabilidade, a família centra e se reorganiza. Começa se reorganizando com o que vai entrar de 13º salário e o que tem que pagar de contas. Vai e financia, repara, ou busca um empréstimo, ou alguma coisa assim, e fica lá com uma conta só, mas mantém a luz, a água, o gás, o alimento da família, as condições de transporte da família e retira o supérfluo. Eu acho que o orçamento tinha que priorizar o que a população exige que seja priorizado. O orçamento tinha que se focar em questões básicas do povo de Porto Alegre e onde a Prefeitura pode buscar os recursos com os dois novos governos: o estadual e o federal, para a área da saúde, da educação e da segurança principalmente.

Nós temos dois exemplos que eu quero comentar. A gente viu, faz uns dois ou três meses, funcionários de empresas terceirizadas do Município fazendo atos em várias avenidas de Porto Alegre, porque não estão recebendo, além dos seus salários, os vales para transporte e alimentação. Isso também está acontecendo em setores importantes do Município, setores que tratam de dar alimentação aos pacientes internados no Pronto Socorro, Presidente Vargas, nas UPAS, que são de responsabilidade do município de Porto Alegre. Isso ocorre também nas nossas escolas, nas 48 escolas que funcionam no município de Porto Alegre em tempo integral, lei aprovada por esta Casa. Isso gera uma insegurança para a empresa que presta o serviço, e isso gera uma insegurança para futuros que irão participar, pelo jeito, pela forma como vemos o governo falando de alguns projetos que vai priorizar nesta Casa, das parcerias público-privadas, que seriam, pode se dizer, depois de alguns projetos que o governo diz serem prioridade, a cereja do bolo. Se o governo não consegue cumprir os contratos de duas áreas essenciais, que são as pessoas que estão internadas nos hospitais e precisam de alimentação, e as crianças que estão estudando nas escolas – que, muitas vezes, é o alimento do dia dessas crianças –, como é que o governo pode tentar atrair parceiros para a cidade de Porto Alegre?

Nós temos o exemplo do Cais Mauá, o grande projeto desta Cidade. O Cais Mauá nada mais é do que uma parceira público-privada que a gente não consegue tirar do papel. Não por culpa de governo A, B ou C, mas por culpa de investidores que não conseguem alavancar. Agora mesmo, estava para sair, e foram presos investidores do fundo de pensão que iriam tocar o projeto. Foi designado um novo grupo.

Nós temos a questão dos buracos da nossa Cidade. Eu duvido que alguma criança que venha da Zona Sul até o Centro, ou da Zona Norte até o Centro, ou que se desloque por mais de três quilômetros dentro de Porto Alegre consiga dormir dentro do carro. Duvido que uma criança que vá na cadeirinha, junto com a sua família, consiga dormir dentro do carro tanto é o solavanco. Imaginem uma pessoa que está com algum

trauma ósseo dentro de um carro indo fazer um exame, indo fazer um curativo, a dor que deve sentir em função dos buracos da nossa Cidade. Eu acho que essas têm que ser as prioridades.

Assim como o Ver. Adeli, eu não apresentei nenhuma emenda. Eu acho que nós temos que priorizar, volto a insistir, essas áreas, que são de extrema importância para a cidade de Porto Alegre, de extrema importância para a população de Porto Alegre. O governo tem muito que aprender e tem que aprender com o povo. Volto ao início da minha fala, tem que aprender com o povo, quando o povo organiza suas contas, quando o povo separa no final do ano, quando o povo separa quando tem a primeira crise e escolhe as suas prioridades. Eu acho que um governo que se elege dizendo que a sua prioridade é a população de Porto Alegre, a sua prioridade tem que ser a população de Porto Alegre; se a sua prioridade é a educação do povo de Porto Alegre, a sua prioridade tem que ser a educação do povo de Porto Alegre, tem que garantir a merenda para as 48 escolas de turno integral e para as demais escolas do Município. Tem que garantir alimentação nos hospitais na cidade de Porto Alegre, tem que garantir a ampliação do atendimento médico na cidade de Porto Alegre, tem que garantir que as nossas escolas cumpram a lei e virem todas elas escolas de tempo integral. Tem que ter condições de fazer as parcerias público-privadas para as áreas que mais interessam para a população de Porto Alegre. E não é só a orla do Guaíba, não é só o cartão-postal, é lá na periferia, resolvendo problemas do asfalto, do saneamento e dos esgotos. É isso que nós esperamos neste orçamento. Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Presidente Mônica Leal, na pessoa de V. Exa. cumprimento os demais vereadores e vereadoras, público que nos assiste nas galerias, senhoras e senhores; venho a esta tribuna em função de um pedido que recebi da comunidade acadêmica da nossa Cidade. Quero agradecer aqui ao Leonardo Henke, estudante da Fadergs.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Essa fotografia foi tirada em frente à Fadergs, na Av. Sertório, nº 5.310. Na realidade, não está dando para ver muito bem a imagem, mas percebe-se claramente, Ver. Paulo Brum, faço menção a V. Exa. porque esta é uma pauta que diz respeito à acessibilidade... Queria aproveitar esta oportunidade – faço esta intervenção na tribuna em nome da liderança do PDT – para fazer um pedido ao Executivo com relação ao atendimento do Pedido de Providências nº 182, feito por este gabinete, e também com relação ao pedido feito pela comunidade através do 156. Inicialmente, já se percebe ali um desalinhamento das faixas de trânsito

de pedestre. A quantidade de alunos, em média, na faculdade, é de 800 de manhã e 2.400 de noite. Nos últimos seis meses, acidentes com atropelamentos foram registrados naquela sinaleira. O que é que se percebe ali? O canteiro central está elevado, desnivelado, a sinalização é precária para pedestres e para motoristas. Peço que passe o próximo *slide*. Isso aqui é uma visão fotográfica que registra o canteiro central, que fica entre uma faixa de segurança e a outra. Por essa fotografia é difícil visualizar, mas tem um morro bem alto e um poste mal-cortado: o pessoal, quando tropeça naquele poste, acaba sendo atropelado. Aí está mais uma visão, onde se percebe melhor o tamanho do calombo, da diferença no meio da rua. Estamos falando da Av. Sertório, pessoal, entre uma faixa de pedestre e outra, o que realmente tem dificultado atravessar a rua, especialmente para os alunos da Fadergs, em torno de 3 mil alunos por dia.

O canteiro central está desnivelado. Fica evidente, quando se faz uma fotografia como essa, que um cadeirante não consegue atravessar a rua onde o cordão da calçada não tem nenhum tipo de rebaixamento.

Esta é uma fotografia com outro ângulo de visão, que repete praticamente a primeira imagem. Aqui, como pode se perceber, não tem nenhuma sinalização que possa apontar qualquer tipo de, digamos assim, alerta aos motoristas no que diz respeito a uma área de escola, aquelas placas que têm uma mãezinha segurando uma criança, aquelas amarelinhas. Acho que nós precisaríamos também – peço à EPTC que faça um estudo – melhoria da sinalização com relação à referência de que ali tem uma universidade.

Aqui também tem uma referência à questão da identificação do corredor de ônibus, porque os carros estão trafegando no corredor, está evidente.

E aqui, então, as sugestões. É claro que a gente faz algumas sugestões, mas, na verdade, quem vai dar a sugestão é a equipe técnica da EPTC. Apenas para ilustrar, se poderia fazer uma inscrição na própria via ou, como eu mencionei, colocar placas nos postes alertando para uma área escolar, ou ainda uma sinalização luminosa para pedestre com temporizador, para evitar acidentes, evitar atropelamentos. Aqui faço um registro alertando, antes que alguma morte ocorra por atropelamento.

Também uma situação, Ver. Paulinho, é claro que a ilustração tem o objetivo de adequação aos mobiliários já utilizados em outras avenidas de grande circulação, mas especialmente atentando para a questão da travessia de cadeirantes. Aqui mais uma foto ilustrando, é uma sugestão, é claro.

Reitero esse Pedido de Providências com relação às proximidades da Fadergs, ali na Av. Sertório. Eu o faço da tribuna, porque acho oportuno e importante, antes que uma tragédia maior possa acontecer naquela localidade. Peço uma atenção da municipalidade e, em especial, da EPTC. Pela atenção, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 1819/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 211/17, de autoria do Ver. Roberto Robaina e outros, que institui a Política Municipal de Defesa e de Promoção da Cidadania e dos Direitos de LGBTs.

PROC. Nº 0671/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 057/18, de autoria do Ver. Mendes Ribeiro, que concede o título de Cidadão Emérito de Porto Alegre ao jornalista Diego Casagrande da Rocha.

PROC. Nº 0951/18 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 019/18, de autoria da Mesa Diretora, que autoriza a concessão, como sinal de cortesia e agradecimento, de placa, objeto ou obra literária ou visual às autoridades estrangeiras ou nacionais de fora do Estado do Rio Grande do Sul que estejam em visita oficial à Câmara Municipal de Porto Alegre e dá outras providências.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

Convido os senhores líderes a se aproximarem da Mesa. (Pausa.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP) – às 15h34min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h35min.)

PRESIDENTE CLÁUDIO JANTA (SD) – às 16h02min: Estão reabertos os trabalhos.

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 018/18 – (Proc. nº 0247/18 – Mesa Diretora) – requer seja o período de Comunicações do dia 1º de novembro destinado a assinalar o transcurso dos 126 anos da Guarda Municipal.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento nº 018/18. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

(A Ver.^a Mônica Leal reassume a presidência dos trabalhos.)

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 066/18 – (Proc. nº 1000/18 – Mesa Diretora) – requer a realização de Sessão Solene no dia 30 de novembro, às 17 horas, destinada a assinalar o transcurso dos 50 anos da Receita Federal.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento nº 066/18. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 089/18 – (Proc. nº 1291/18 – Mesa Diretora) – requer seja o período de Comunicações do dia 19 de novembro destinado a assinalar o transcurso da Independência do Líbano.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento nº 089/18. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 1028/17 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 017/17, de autoria da Ver^a Marília Fidell, que concede a Comenda Porto do Sol ao senhor Rotechild dos Santos Prestes.

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Márcio Bins Ely: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 18-10-17 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em discussão o PR nº 017/17. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 1143/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 103/18, de autoria do Ver. Cassiá Carpes, que denomina Rua Maria Salete Lucas de Souza o logradouro não cadastrado conhecido como Beco Um – Rua Carlos Muttoni, localizado no Bairro Belém Velho.

Parecer:

- da **CCJ.** Relator Ver. Márcio Bins Ely: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 29-10-18 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em discussão o PLL nº 103/18. Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum qualificado. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Há quórum.

VEREADOR ADELI SELL (PT) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à discussão e votação do PLL nº 050/18. Após retornaremos à ordem normal.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Adeli Sell. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0635/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 050/18, de autoria do Ver. Adeli Sell, que concede o título de Cidadão Emérito de Porto Alegre ao senhor Ademir Niffa.

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Rodrigo Maroni: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CECE**. Relator Ver. Reginaldo Pujol: pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável de dois terços dos membros da CMPA - art. 82, § 2º, V, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA;
- incluído na Ordem do Dia em 20-08-18.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em discussão o PLL nº 050/18. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** 26 votos **SIM**.

VEREADOR DR. THIAGO (DEM) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLL nº 060/17 por duas sessões.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Dr. Thiago. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

VEREADOR PAULO BRUM (PTB) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLL nº 026/18 por duas sessões.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Paulo Brum. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0355/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 023/18, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Angelo Domingo Pretto, fundador do Moinho Estrela.

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Rodrigo Maroni: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável de dois terços dos membros da CMPA - art. 82, § 2º, V, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA;
- incluído na Ordem do Dia em 20-06-18 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em discussão o PLL nº 023/18. (Pausa) Não há quem queira discutir. Em votação nominal. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 25 votos **SIM**.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Márcio Bins Ely. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Há quórum para a Ordem do Dia, mas não há quórum qualificado.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 05 ao PLL nº 362/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Reginaldo Pujol, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 06 ao PLL 362/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT) (Requerimento): Nobre Presidenta, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Aldacir Oliboni. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Treze vereadores presentes. Não há quórum.

Encerrada a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 16h26min.)

* * * * *